

**QUAL A RESPONSABILIDADE DO FILHO DIANTE DOS CONFLITOS ENTRE OS PAIS?
UM ESTUDO DE CASO SOB A PERSPECTIVA DA TERAPIA
COGNITIVO-COMPORTAMENTAL**

Manuela Schmitz¹
Franciele da Costa²

Resumo

Os conflitos entre os pais podem repercutir no desenvolvimento emocional e comportamental de crianças e adolescentes, sobretudo quando ocorrem com frequência, intensidade ou envolvem os filhos diretamente. Nesses contextos, a criança pode ter dificuldade para compreender os limites de sua responsabilidade e acreditar que precisa interferir, proteger um dos pais ou evitar novos conflitos. O presente trabalho tem como objetivo discutir, sob

¹ Graduanda no curso de Psicologia da Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (UNOESC). Campus de Pinhalzinho/SC. E-mail: manuelascmitz321@gmail.com

² Professora Orientadora. Docente do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (UNOESC). Campus de São Miguel do Oeste/SC e Pinhalzinho/SC. E-mail: franciele.costa@unoesc.edu.br

a perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), a percepção de responsabilidade que a criança pode desenvolver diante dos conflitos entre os pais, considerando possíveis repercussões emocionais e comportamentais. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter reflexivo, construído a partir de experiência de estágio supervisionado em Psicologia Clínica e articulado à literatura sobre conflitos familiares, desenvolvimento infantil e Terapia Cognitivo-Comportamental. A discussão considera a relação entre pensamentos, emoções e comportamentos e os significados atribuídos pela criança às situações familiares. A literatura indica que as repercussões dos conflitos parentais não dependem apenas de sua ocorrência, mas também de sua frequência, intensidade, conteúdo e forma de resolução. Nesse contexto, a TCC oferece recursos para trabalhar pensamentos e sentimentos, diferenciar responsabilidades de crianças e adultos e desenvolver estratégias de enfrentamento adequadas à faixa etária. Conclui-se que a criança pode vivenciar e reagir aos conflitos entre os pais, mas não deve assumir a responsabilidade por sua resolução.

A família constitui um dos principais contextos de desenvolvimento infantil, contribuindo para a construção de vínculos, aprendizagem de comportamentos e formação de percepções sobre si, sobre os outros e sobre o ambiente. Desde os primeiros anos, as relações estabelecidas com

os adultos responsáveis desempenham papel importante no desenvolvimento da sensação de segurança e proteção. Assim, experiências familiares podem influenciar aspectos emocionais e comportamentais. Entre essas experiências estão os conflitos entre os pais, que fazem parte das relações humanas, mas podem adquirir diferentes significados para os filhos conforme a maneira como acontecem e são conduzidos (BENETTI, 2006; BOAS; DESSEN; MELCHIORI, 2010).

A existência de conflitos não significa, por si só, que a criança apresentará repercussões negativas. Divergências fazem parte das relações familiares, sendo necessário considerar frequência, intensidade, conteúdo e resolução dos conflitos para compreender suas possíveis repercussões (BENETTI, 2006; GOULART et al., 2015). A exposição frequente a discussões intensas ou a situações nas quais a criança é colocada no centro dos problemas dos adultos pode dificultar a compreensão de seu papel na família. Boas, Dessen e Melchiori (2010) destacam que os conflitos conjugais podem repercutir sobre o comportamento infantil, inclusive por meio das práticas parentais.

Além das características do conflito, é necessário considerar como a criança interpreta o que acontece. Uma mesma situação pode produzir respostas diferentes conforme os significados atribuídos. Algumas crianças podem compreender uma discussão como uma divergência entre adultos,

enquanto outras podem interpretá-la como ameaça à estabilidade familiar ou como situação que exige sua intervenção. Goulart et al. (2015) destacam a importância da percepção, dos sentimentos e das estratégias de enfrentamento dos filhos na compreensão das repercussões dos conflitos conjugais. Assim, a resposta infantil não depende somente do acontecimento, mas também da forma como ele é percebido e significado.

A TCC possibilita compreender a relação entre situações, pensamentos, emoções e comportamentos. De acordo com Beck (2022), as interpretações diante dos acontecimentos influenciam respostas emocionais e comportamentais. Diante de um conflito entre os pais, a criança pode apresentar pensamentos relacionados à necessidade de intervir, proteger alguém ou evitar novas discussões. Essas interpretações podem influenciar suas respostas emocionais e comportamentais. A criança também pode acreditar que seu comportamento interfere diretamente na relação entre os pais, imaginando que, se for mais obediente ou não causar problemas, conseguirá evitar novas discussões. Compreender esses significados é importante para não atribuir à criança uma responsabilidade que pertence aos adultos. Considerando que suas capacidades cognitivas e emocionais ainda estão em desenvolvimento, a criança pode apresentar dificuldades

para interpretar determinadas situações e diferenciar aquilo que está ou não sob seu controle (BENETTI, 2006).

A partir da TCC, o trabalho psicológico pode favorecer a identificação de pensamentos e emoções diante das situações familiares. Com crianças, esse processo precisa ser adequado à faixa etária, utilizando linguagem acessível e recursos que facilitem a expressão. Perguntas, histórias, desenhos, jogos e situações hipotéticas podem auxiliar a criança a falar sobre o que pensa e sente. Friedberg e McClure (2019) ressaltam a necessidade de adaptar a terapia cognitiva às características do desenvolvimento infantil, utilizando estratégias compatíveis com a idade e as necessidades de cada criança.

Diante da percepção de responsabilidade pelos conflitos parentais, o trabalho terapêutico pode auxiliar a criança a diferenciar aquilo que está sob seu controle daquilo que é responsabilidade dos adultos. Isso não significa ensiná-la a ignorar conflitos ou deixar de procurar ajuda diante de situações de medo ou insegurança, mas possibilitar que reconheça que pode falar sobre o que sente, procurar um adulto de confiança e cuidar de si, sem precisar solucionar os problemas entre seus pais. A participação dos responsáveis também é relevante. Quando os adultos envolvem o filho nas discussões, solicitam que escolha um lado, utilizam-no como mensageiro ou esperam que ajude a resolver questões conjugais, podem ampliar sua

percepção de responsabilidade. A orientação aos responsáveis pode favorecer a compreensão dos impactos desse envolvimento e a adoção de estratégias mais protetivas. Validar sentimentos de medo, tristeza ou preocupação também pode facilitar a comunicação, sem significar que a criança precise resolver o problema.

Diante da questão “qual é a responsabilidade do filho diante dos conflitos entre os pais?”, compreende-se que a criança pode perceber, sentir e reagir às situações familiares, mas não deve ser responsabilizada pela resolução dos conflitos conjugais. Seu papel é o de filho, e não o de mediador ou solucionador dos problemas entre os adultos. Ela pode comunicar o que sente, buscar ajuda e desenvolver estratégias para lidar com suas emoções, enquanto as decisões conjugais pertencem aos adultos.

Conclui-se que os conflitos entre os pais devem ser compreendidos considerando também o modo como são vivenciados e interpretados pela criança. A exposição frequente e o envolvimento direto podem favorecer insegurança e percepções de responsabilidade que ultrapassam seu papel na relação familiar. A atuação psicológica pode contribuir para que a criança reconheça seu espaço para sentir, falar e buscar apoio, sem assumir responsabilidades adultas. A TCC oferece recursos para compreender

pensamentos, emoções e comportamentos e trabalhar interpretações relacionadas à responsabilidade infantil.

REFERÊNCIAS

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. **Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 261-268, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/8z7BqGvXbnbppD5vdw4H8qy/?lang=pt>.

Acesso em: 20 set. 2026.

BOAS, Ana Carolina Villares Barral Villas; DESSEN, Maria Auxiliadora; MELCHIORI, Lígia Ebner. **Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 91-102, 2010. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2026.

FRIEDBERG, Robert D.; MCCLURE, Jessica M. **A prática clínica de terapia cognitiva com crianças e adolescentes**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

GOULART, Viviane Ribeiro et al. **Repercussões do conflito conjugal para o ajustamento de crianças e adolescentes: Um estudo teórico**. Interação em Psicologia, v. 19, n. 1, 2015.